

**REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DEMOCRÁTICOS NO BRASIL NO CONTEXTO DE
GLOBALIZAÇÃO E DAS HERANÇAS ESTRUTURAIS DA POLÍTICA E DO ESTADO**

LEONE COELHO BAGAGI

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

VERA LÚCIA PEIXOTO SANTOS MENDES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

EMERSON GOMES GARCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DEMOCRÁTICOS NO BRASIL NO CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO E DAS HERANÇAS ESTRUTURAIS DA POLÍTICA E DO ESTADO

1 INTRODUÇÃO

O contexto histórico no Brasil é marcado pelo enraizamento das estruturas de poder no aparato estatal que se vem se constituindo desde o período colonial entre 1500 a 1808, o Brasil Império a partir de 1822, a Proclamação da República em 1889 com uma constituição que garantia autonomia política dos estados, a Revolução de 1930 com o Estado Novo de Getúlio Vargas e o projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek por meio da centralização do poder e reformas no aparelho do Estado, a Ditadura Militar de 1964 a 1985, a Redemocratização a partir de 1988, a estabilidade econômica com o Plano Real até o Novo Populismo de esquerda.

A história política do Estado brasileiro revela um aparato estatal que representa interesses centralizados, alimentado pelo sistema patrimonialista e fortalecido por meio da burocracia governamental que, além de antecederem a qualquer ação espontânea de mobilização de grupos de interesses e autônomos para a representação política, como consequência, tornou-se um dos principais entraves para os avanços e mudanças necessários para romper com esse cenário político e social no Brasil (SCHWARTZMAN, 1982).

Assim, diante desse contexto, esse trabalho objetivou responder a um dos principais questionamentos sobre os desafios dos avanços e mudanças no Brasil: quais são os estraves históricos para a modernização da sociedade e do Estado no Brasil?

Para responder a essa questão norteadora, foram realizadas leituras com foco na análise de conteúdo sobre as seguintes referências: Sociologia e Modernidade – para entender a sociedade contemporânea (DOMINGUES, 1999); as possibilidades da política – ideias para a reforma do Estado (NOGUEIRA, 1998); a Reforma do Aparelho do Estado: limites do gerencialismo frente ao patrimonialismo (PINHO, 1998); Accountability: já podemos traduzí-lo para o Português? (PINHO; SACRAMENTO, 2009); Reforma da Administração Pública no Brasil: a resistência do bunker patrimonialista e a reforma que não acontece (PINHO, 2016); Bases do Autoritarismo Brasileiro (SCHWARTZMAN, 1982); a Nova Sociedade Brasileira (SORJ, 2001); a Política do Brasil: lúmpen e místico (SOUZA MARTINS, 2011).

O objetivo estabelecido para responder à questão norteadora foi analisar as possibilidades e limites da democracia para redução das desigualdades, promoção da cidadania, dos direitos e deveres no Brasil, considerando o processo de globalização e as características estruturais da realidade brasileira: (neo) patrimonialismo, o populismo/clientelismo e a falta de accountability.

Esse trabalho está estruturado em três partes, a primeira analisa as possibilidades da democracia brasileira frente a globalização e suas características estruturais, já a segunda analisa os limites da democracia considerando a globalização, o (neo) patrimonialismo, o populismo/clientelismo e a falta de accountability. Por fim, a terceira parte aborda os principais entraves históricos para a modernização da sociedade e do Estado no Brasil.

2 POSSIBILIDADES DA DEMOCRACIA NO BRASIL

A evolução da sociedade contemporânea possui relação estreita com a própria evolução da cidadania e do sistema democrático. Pode ser entendido como um pressuposto à realidade desse mundo moderno e globalizado que irradia valores, informações e símbolos

fundamentais da vida humana e sua convivência harmoniosa em sociedade, reforçando esse momento de interconectividade e a dinâmica de consumo proporcionado pela globalização.

Por isso que Domingues (1999) destaca que a evolução da cidadania se dá por meio de um processo que ocorre nas civilizações, além disso, aponta sua origem nas cidades gregas que incorporaram aos homens livres os primórdios de um sistema democrático; na idade média (século XVII) com os ideais iluministas foram disseminadas as noções de direitos e cidadania, ligado às lutas da burguesia por maior influência política. E enfatiza a importância dos movimentos sociais na sociedade civil, desde os revolucionários franceses de 1789, até as revoluções socialistas de cunho marxista com a centralização dos meios de produção pelo Estado, além do socialismo real com a implantação da União Soviética, do direito ao voto feminino, e do ecologismo, feminismo, entre outras.

Ao analisar a trajetória do Brasil, a construção da cidadania se deu a partir da Constituição de 1824, trazendo o voto censitário, a definição do cidadão ativo e passivo, contudo reafirmou a permanência da escravidão. Com a constituição de 1891, a princípio houve a expansão da cidadania, excluindo-se os analfabetos da participação política e esses só tiveram direito ao voto em 1988. Somente na constituição de 1934 que as mulheres se tornaram elegíveis ao voto (DOMINGUES, 1999).

Para Shwartzman (2007) os eventos da história política e econômica do Brasil são compreendidos a partir da análise do sistema político e econômico em quatro regiões: o Nordeste caracterizado com a primeira Capital em Salvador e vetor da primeira econômica agrícola de latifúndio por meio da cana de açúcar. Minas Gerais concentrou uma burocracia estatal da coroa para controle e arrecadação dos tributos oriundos da lucrativa extração do ouro, fortalecendo uma estrutura pública que fortaleceria a representação política nacional na primeira república.

Destaca-se que São Paulo é caracteristicamente diferente das demais regiões por ser o berço da economia industrial brasileira, com uma economia dinâmica e pouco dependente do Estado em relação á demais regiões do país. E o Rio Grande do Sul representou o posto militar do Estado na zona de fronteira, repercutindo como região de forte tradição militar e atuante no cenário da política nacional a partir de 1930 com Getúlio Vargas e período da ditadura militar (SHWARTZMAN, 2007).

Nesse contexto, São Paulo se desponta como um importante marco na política nacional segundo Shwartzman (2007), destacando sua autonomia econômica em relação ao Estado e pela variedade de representações no cenário da política paulista que, apesar dessas possíveis vantagens para inspirar uma ruptura do sistema patrimonialista brasileiro, não conseguem uma unidade para representação nacional frente às representações no cenário da política nacional, alcançada pelos demais regiões do país que são caracterizadas pela forte atuação estatal e marcados pela perspectiva política de cooptação.

Outro fator importante foi o processo de globalização que oportunizou algumas condições para a construção da cidadania na sociedade brasileira. Pode-se destacar que os limites territoriais das fronteiras foram ultrapassados pelas tecnologias, proporcionando maior disseminação das informações e comunicação. O próprio processo de globalização reestruturou a produção e distribuição de bens e serviços, oportunizando novos acessos a renda e emprego. Além da disseminação dos valores e ideais de cidadania e participação democrática (NOGUEIRA, 1998).

Essa nova ordem pode ser considerada como uma oportunidade para o Brasil romper com as tradicionais estruturas políticas conservadoras, com isso, seria possível maior participação da sociedade e maior politização em relação aos grandes temas como a Economia, Política e o próprio Estado em direção dos interesses mais gerais da sociedade (NOGUEIRA, 1998).

A accountability emerge como um instrumento em favor de uma democracia participativa. Tal conceito abrange desde a descentralização das decisões e agendas estatais, a transparência das decisões e atos dos agentes e autoridades públicas, promovendo a substituição de valores tradicionais vinculados ao clientelismo e populismo por valores políticos democráticos que buscam ampliar a participação da sociedade do poder político do país, controlando as ações públicas por meio da transparência e prestação de contas (PINHO; SACRAMENTO, 2016).

Esse instituto da democracia moderno apresenta-se como um vetor para o desenvolvimento político e social no Estado brasileiro, estabelecendo as bases para uma gestão pública que proporcione maior prestação de contas, estabelecimento de responsabilidades dos agentes públicos, transparências das informações e atos da administração pública e maior participação social nos processos democráticos decisórios e agendas públicas e seu respectivos controle (PINHO; SACRAMENTO, 2016; SOUZA MARTINS, 2011).

3 DESAFIOS DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Apesar dos avanços oriundos desse processo de globalização, como a ampliação dos valores democráticos e sociais, os comportamentos individualistas, possessivos, predatórios e competitivos marcam essa nova ordem globalizada. No âmbito político a democracia política ficou mais difícil de ser praticada, pois a sociedade não mais possui a mesma capacidade de produzir símbolos unificadores e contexto de relacionamentos e alinhamento aos diversos temas e reivindicações da sociedade (NOGUEIRA, 1998).

Esse contexto da globalização fortaleceu ainda mais esses processos de despolitização e fragmentação das ideias de comunidade política. Estabelecendo como vetor de desenvolvimento de uma sociedade inserida nesse processo globalizante o mercado e os comportamentos individualistas, possessivos, predatórios e competitivos (NOGUEIRA, 1998).

No cenário política o sistema globalizado a arena política passou a ser mais um espetáculo midiático de imagens e informações, ao mesmo tempo que a sociedade demonstra incapacidade de promover mudanças e convivendo com ideais de “revoluções passivas” e sem grandes rupturas, apenas mudanças no sentido de modernizar os sistemas capitalistas nessa nova ordem mundial (NOGUEIRA, 1998).

A sociedade se organiza para a produção, distribuição e realocação de bens escassos a partir das decisões políticas que irradiem e representem de forma mais ampla e heterogênea a sociedade. Contudo, numa situação onde as bases de uma cultura política de autoritarismo, além da concentração excessiva do poder no Estado, tais fenômeno conduz a uma incapacitação da mobilização social, a articulação e a representação social pela via da política representativa (SHWARTZMAN, 2007).

A compreensão desse sistema política é esclarecida quando Sorj (2001) aborda a estruturação e a gênese da desigualdade presente na sociedade brasileira. O autor atribui esta estruturação a sete fatores fundamentais: o patrimonialismo; a atuação do Estado racionalizador, voltado para o crescimento econômico; o capitalismo; a desigualdade e heterogeneidade sociais; os padrões culturais de sociabilidade; a lógica institucional em descompasso com a cidadania.

No patrimonialismo brasileiro, vivenciado desde o Brasil Colônia é materializado por meio dos proprietários rurais que tinham total controle das instituições e dos seus processos. Com o desenvolvimento das cidades, essa estrutura perdeu poder e surgiu o patrimonialismo

moderno que tem como fundamento as relações de imbricação entre os interesses dos grupos dominantes e do Estado (SORJ, 2001).

Para Souza Martins (2011) esse cenário histórico retrata o desenvolvimento da sociedade brasileira através do aspecto agrário, citado pelo autor como o eixo principal para o entendimento do que somos atualmente enquanto nação. Martins aborda os problemas da dinâmica social e política do país relacionando os interesses conservadores das oligarquias agrárias e a necessidade de modernização econômica do Brasil.

Percebe-se que nas esferas patrimonialistas uma relação de semelhança entre as “esferas políticas e econômicas”, predominantemente caracterizado em sociedades cujo o aparato estatal é forte, “multifuncional” e antecede historicamente aos grupos de interesses antagônicos e articulados, especialmente, na sociedade brasileira. Assim, pode-se entender como patrimonialismo moderno a estratégia dos grupos sociais de uso do poder para apropriar-se de recursos econômicos ou privilégios (SORJ, 2001; SHWARTZMAN, 2007)

De acordo com Sorj (2001) esse fenômeno pode ser melhor compreendido em dois polos de atuação, como o **patrimonialismo do funcionário público**: utilização das funções públicas, de fiscalização, repressão e regulamentação para receber propinas e comissões; e o **patrimonialismo dos políticos**: utilização de cargos públicos eletivos ou executivos para usufruto de vantagens econômicas; patrimonialismo privado: apropriação de recursos públicos por agentes privados; e patrimonialismo fiscal, repressivo e jurídico: manipular o sistema policial, fiscal e judiciário para assegurar a impunidade face à lei (SORJ, 2001).

O Patrimonialismo ganhou um novo formato a partir das tentativas de reforma do Estado, desde 1930, que experimentou uma administração burocrática nos altos escalões da administração pública e a continuação das práticas patrimonialistas por meio do sistema político do clientelismo. Com isso, foi sendo construído um tipo mesclado de “burocracia patrimonialista” (NOGUEIRA, 1998; PINHO 1998; PINHO; SACRAMENTO, 2016).

Nesse sentido o (neo) patrimonialismo se amolda às diversas formas de coalizão autoritária no sistema político brasileira, adequando-se às mudanças num âmbito conservador de suas práticas coronelistas e, também, adotados pela esquerda por meio do novo populismo.

As práticas clientelistas herdadas da República Velha mantiveram suas bases na estrutura política de troca de favores, mesmo com as reformas empreendidas em 1930, na tentativa de modernizar a administração pública no Estado Novo de Getúlio Vargas, porém, tais reformas concentravam-se nos altos escalões da administração pública, enquanto, os escalões inferiores sob o domínio do clientelismo e das práticas patrimonialista enraizadas na coalizão política do Estado e, assim, percebeu-se a convivência dois modelos de administração, a burocrática e patrimonialista, convivendo no mesmo sistema de governo no Estado brasileiro (PINHO, 1998; NOGUEIRA, 1998).

Por conseguinte, o projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek criou um aparato governamental de administração pública paralelo no Estado brasileiro, reconhecimento que a “burocracia patrimonialista”, herdada dos governos anteriores, não seriam capazes promover o ambiciosos desenvolvimento do Plano de Metas de JK, apostando na criação e ampliação da administração indireta para a promoção desse projeto, centralizando as decisões e agenda na Presidência da República, porém, sem interferir ou promover mudanças necessárias para romper com o ciclo do patrimonialismo e sem a participação do Poder Legislativo (PINHO, 1998).

O Regime Militar implementou uma das reformas na administração pública mais contundentes, porém, de forma unilateral e num Estado de Exceção. Também adotou a criação de estruturas paralelas para avançar nas mudanças na administração pública, que resultou na ampliação e criação de empresas e sociedades de economia mista, sem romper com as tradicionais práticas da “burocracia patrimonialista” (PINHO, 1998).

Com a redemocratização a atenção e a agenda política do Brasil voltou-se para a consolidação da democracia e, especialmente, ao combate à inflação. De Sarney a Itamar Franco o período foi marcado pela implementação de planos econômicos que culminou na estabilização da inflação por meio do Plano Real. E foi a partir de Fernando Henrique Cardoso que levou a cabo uma proposta de reformar do aparelho do Estado, especificamente no Poder Executivo, adotando as bases do neoliberalismo e do gerencialismo (PINHO, 1998; NOGUEIRA, 1998).

Também denominado de *New Public Management*, esse novo modelo trouxe a administração gerencial ou gerencialismo num ambiente ainda com raízes profundas do patrimonialismo, flexibilizando os controles, não ampliando essas reformas aos demais poderes, adotando práticas de gestão privada e o ressurgimento do balizamento do Estado pelas práticas mercantilistas. Em suma, essa nova ordem reformista não atacou o patrimonialismo no sistema político, concentrou-se no Poder Executivo, assim como não resolveu o problema da existência de duas formas de administração no setor público (patrimonialista e burocrático-legal), além disso, implantou o gerencialismo passando a ter três diferentes formas de gerir a coisa pública (PINHO, 1998; NOGUEIRA, 1998).

Outro momento foi vivenciado pelo Brasil como uma oportunidade de análise a partir da perspectiva do discurso e das condutas dos partidos e grupos políticos que se dizem revolucionários ou de esquerda, mas que, por não terem ciência da real complexidade dos aspectos social e político do nosso Brasil, terminam envolvidos pelos conceitos disseminados pelo conservadorismo clientelista (SOUZA MARTINS, 2011).

Após o período militar e os governos de transição democrática, os partidos denominados ora de esquerda e ora progressistas surgiram como uma possibilidade de liderança para representar a massa que foi por tanto tempo oprimida e sem voz junto à grande burguesia. O primeiro governo do Partido dos Trabalhadores nesse período promoveu uma imagem de não ameaça à burguesia, ao mesmo tempo que representava a massa. Para Martins, esse governo do PT apresenta uma trajetória política de origem sindical e católica, moldada pelo princípio da negociação e ainda na moral conservadora cristã, que nunca deixou de defender o direito à propriedade privada. Na análise do discurso e das condutas dos partidos e grupos políticos que se dizem revolucionários ou de esquerda, talvez por não terem ciência da real complexidade dos aspectos social e político do nosso Brasil, terminam envolvidos pelos conceitos disseminados pelo conservadorismo clientelista (SOUZA MARTINS, 2011).

De acordo com Souza Martins (2011), o governo do PT foi mais conservador do que o governo de Fernando Henrique Cardoso, pois intensificou o pacto conservador com as alianças políticas que fez para governar, e também paternalismo do Estado com a implantação dos programas sociais de seu governo, como por exemplo o Bolsa Família. Essas constatações de Souza Martins são comprovadas com argumentos contundentes, trazendo exemplos como o escândalo do mensalão, que consolidou o Lulismo, reelegeu Lula em 2006 e elegeu Dilma Rousseff em 2010. Porém o místico de que Lula seria a salvação, frustrou a possibilidade de modernização da sociedade brasileira, algo que se tanto esperava.

Outro fator importante foi a falta de uma *accountability* efetiva no sistema político e na administração pública brasileira. Esse fato pode ter desestimulado às mudanças necessárias para os avanços de um sistema democrático voltado ao atendimento das demandas coletivas. Alguns valores culturais das tradicionais formas políticas autoritárias ainda persistem na realidade brasileira (PINHO, 1998; PINHO; SACRAMENTO, 2016).

Algumas práticas nocivas à democracia persistem como o nepotismo, o patrimonialismo, troca de favores (cargos públicos) por apoio político, escândalos de corrupção, falta de credibilidade engendram os meandros de uma “sociedade passiva” a esses acontecimentos, enquanto as instituições vivenciam um período de total falta de credibilidade, especialmente, o Congresso Nacional (PINHO; SACRAMENTO, 2016).

4 ENTRAVES HISTÓRICOS

O desenvolvimento da sociedade brasileira pode ser compreendido através do aspecto agrário, considerado como o eixo principal para o entendimento do Brasil atual enquanto nação. Por isso, os problemas da dinâmica social e política do país estão relacionados com os interesses conservadores das oligarquias agrárias e a necessidade de modernização econômica do Brasil (SOUZA MARTINS, 2011).

As tentativas de modernização institucional do Estado tiveram como principal resultado um tipo de modernização dependente, coincidindo com a renovação e o reforçamento de técnicas oligárquicas e autocráticas de dominação patrimonialista, elevadas da esfera privada à órbita da ação política-democrática do Estado (NOGUEIRA, 1999; PINHO, 1998).

A reforma do aparelho do estado empreendida desde de 1930 a 1945, com a criação da DASP (Departamento de Administração e Serviços Públicos), cujo objetivo foi estabelecer as bases de uma administração racional e burocrática weberiana para alavancar o projeto de desenvolvimento para o país no período Vargas, contudo, o patrimonialismo manteve-se diante da cultura clientelista enraizada nas práticas dos partidos políticos, conflitando com essa nova esfera da administração burocrática. Nesse sentido, pouco se avançou no projeto inicial de uma grande reforma e modernização da administração (PINHO, 1998; PINHO; SACRAMENTO, 2016).

O período de Juscelino Kubitschek de 1956 a 1961 optou pela criação de um novo sistema de administração para dar suporte ao projeto de crescimento estabelecido em seu plano de metas (50 anos em 5), pois identificou-se rigidez no modelo burocrático da administração direta rígida e optou-se pela administração pública indireta e ilhas de excelência, por ser mais tecnocrática e moderna, garantindo as bases do projeto ambicioso de desenvolvimento. A partir desta análise pode-se evidenciar forte centralização da administração indireta, revelando que as práticas clientelistas patrimonialistas não foram totalmente superadas pelo modelo weberiano da burocracia (PINHO, 1998).

Já o Decreto-Lei n. 200/1967 marca um novo período de reformas em plena ditadura do Regime Militar, caracterizado pelo planejamento, descentralização da administração indireta, delegação das autoridades e controle, ampliando as empresas e sociedades de economia mista, estabeleceu regras de contratação e fortaleceu o sistema de mérito e diretrizes para os planos de classificação dos cargos públicos. Com isso, identificou-se uma ampliação exponencial de estruturas estatais paralelas em número maior do período de Juscelino, especialmente empresas públicas e estatais, adotando modelos e estilos próprias da gestão da iniciativa privada, surgindo um tipo novo de relacionamento que culminaria em práticas lobistas e corrupção (PINHO, 1998).

O período pós ditadura e redemocratização é marcada por uma forte crise econômica que interrompeu o projeto de desenvolvimento e pressões inflacionárias. As tentativas de reformas de Sarney, Collor e Itamar ficaram em segunda plano, pois havia maior preocupação com a agenda da política econômica de combate à inflação. E foi com Fernando Henrique Cardoso que o projeto reformista com enfoque gerencialista ganhou contornos e foi levado a cabo pelo Ministro da MARE Bresser Pereira, fundamentado no contexto reformas de países como Inglaterra e Estados Unidos para equacionar o problemas econômicos do modelo de Bem Estar Social desses, contudo, a crise brasileira tinha contornos no modelo desenvolvimentista e com fortes problemas sociais que de longe espelham o modelo Americano e Inglês e, talvez, a solução gerencialista adotada pelo Brasil (PINHO, 1998).

A reforma regulatória que propiciou a criação de agências reguladoras autônomas introduziu na administração pública o desafio de conciliar a delegação de poderes públicos

aos novos corpos administrativos que devem, por sua vez, ter com a sociedade e os demais órgãos da administração uma interação marcada pela transparência pública e o aprofundamento dos controles sociais (PINHO, 1998, PINHO, 2009; PINHO; SACRAMENTO, 2016).

O *New Public Management* trouxe a administração gerencial ou gerencialismo, na verdade transfere para o setor público um conjunto de estratégias de gestão típicas do setor privado. Além disso, essa ideologia incorpora uma presunção da necessidade do predomínio da razão sobre a política, fundamentada na superioridade da especialização técnica e em detrimento da representação de interesses (PINHO, 1998, PINHO, 2009; PINHO; SACRAMENTO, 2016).

Tais reformas não passaram de um tipo de “modernização dependente”, reforçando as práticas tradicionais do autoritarismo do sistema político oligárquico e autocrático, levado a cabo a cabo por meio do patrimonialismo e mesclado com um tipo de administração burocrática, fortalecendo o peso do poder normativo do Estado, além das práticas privadas do gerencialismo amoldados à ação política-burocrática do Estado brasileiro (NOGUEIRA, 1998; PINHO 1998; PINHO; SACRAMENTO, 2016).

Nesses estágios de reformas da administração pública e, atuação política, percebeu-se tentativas de superar os sistemas patrimonialistas e burocracias rígidas, desencadeando a criação de novas estrutura paralelas e com antigas práticas que combatiam. Outro fator foi a caracterização de forte centralização das decisões no executivo, como ocorreu no período de Getúlio em plena ditadura civil, Juscelino centralizando o projeto de desenvolvimento no gabinete da Presidência, o Regime Militar fortemente enclausurado em suas decisões, com período de redemocratização também centralizando as decisões no executivo e sem a participação do poder legislativo. Com isso, percebe-se mudanças conservadoras na administração pública e forte centralização das decisões e agenda pública do país sem participação das esferas populares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O clientelismo e o populismo alimentam o sistema patrimonialista na administração pública brasileira, persistindo desde a República Velha, passando pelo populismo de Vargas e JK, reforçado pelo Regime Ditatorial Militar de 1964 e reformulado pela redemocratização e os movimentos de esquerda do novo populismo a partir de 2002 com Lula e Dilma do Partido dos Trabalhadores.

As principais decisões, agendas políticas, normatização e ações pública nas esferas econômicas e sociais continuam fortemente centralizadas no Estado, com ênfase e controle no Poder Executivo e com tímida participação das representações do legislativo que irrisório dos movimentos populares e dos grupos de pressão da sociedade brasileira, além disso, a tímida ação de controle e a efetividade para pressionar as autoridades públicas para cumprimento e atendimento às pressões da sociedade reforçam essa centralização do Poder Executivo em relação aos demais poderes e entes Federativos (PINHO; SACRAMENTO, 2016)

O Brasil convive diante de um sistema democrático, com eleições livres, organizações políticas e liberdade de expressão, porém, dividindo esse espaço com valores culturais tradicionais da política clientelistas e um tipo populista com utilização desses traços – com troca de favores, patrimonialismo, lobby e sobreposição dos interesses individuais e de grupo em detrimento do coletivo. Descentralização das decisões e da agenda política do país e transparência governamental são fatores fundamentais para consolidação da democracia em direção da redução das desigualdades, ampliação da cidadania, dos direitos e deveres dos cidadãos.

Nesse sentido, os principais limites ao desenvolvimento de um sistema democrático, que represente a pluralidade e as pautas da sociedade, encontram entreves históricos com a criação de um Estado forte e centralizador, anterior às mobilizações de grupos e diversidade política no Brasil, bem como o clientelismo e o novo populismo utilizam das tradicionais práticas patrimonialistas e o processo de globalização, apesar de apresentar oportunidades de divulgação das informações e dos valores democráticos universais por meio das tecnologias, porém, diante de uma sociedade convivendo com essas “mudanças conservadoras”, apenas agrava o distanciamento entre o Estado, a administração pública e o sistema político da sociedade, como presença com os atuais escândalos de corrupção e as crises institucionais, especialmente, do Poder Legislativo brasileiro.

O projeto de país que se deseja para o Brasil parte-se da definição do Estado que se almeja alcançar definido pela sociedade em geral, com ampla e indistinta participação popular e das diversas formas de manifestações políticas. A partir de então, seria possível definir qual o modelo de administração pública para atender a esse novo Estado e o formato da estrutura política para levar a cabo as principais agendas e decisões democráticas para o Brasil.

REFERÊNCIAS

DOMINGOS, J. M. **Sociedade e modernidade** – para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Civilização, 1999.

NOGUEIRA, M. A. **As possibilidades da política** – ideias para a reforma do Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. cap. 6, p. 249-295.

PINHO, José Antonio G. Reforma do Aparelho do Estado: Limites do Gerencialismo frente ao Patrimonialismo. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 5, n. 12, Maio/Agosto 1998, p. 59-79. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v5n12/03.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

PINHO, José Antonio G.; SACRAMENTO, Ana Rita. Accountability: Já podemos traduzí-la para o Português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, 2009, p. 1343-1368. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/comocitar.oa?id=241016446006>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

PINHO, José Antonio G. Reforma da Administração Pública no Brasil: A Resistência do “bunker” Patrimonialista e a Reforma Que Não Acontece. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 11, n. 3, 2016. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrj/article/viewArticle/2855>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1982, cap. 1 e 2. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/bases/bases.htm#_1_2>. Acesso em: 12 fev. 2018.

SORJ, Bernardo. **A Nova Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, cap. 1 e 7.

CAMARGO, Valdemir Bueno. MARTINS, José de Souza. A política do Brasil: lúmpen e místico. São Paulo: Editora Contexto, 2011. 253 p. **Cadernos Cedem**, v. 2, n. 2, p. 147-150, 2011.